Informativo CAS/SEADS nº 14

Período: 01/12/2008-09/12/2008

1. Consulta Pública para a elaboração da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (MDS – 01/2009)

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua está em processo de elaboração e vem sendo discutida pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), criado por meio do Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006. E, para aperfeiçoar o documento, o público geral pode participar da Consulta Pública, apresentando sugestões ou críticas ao texto, o dia 30 de janeiro de 2009, data já prorrogada. As propostas devem ser encaminhadas para o e-mail consultapublica-pse@mds.gov.br, ou, pelos Correios, para o seguinte endereço: Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Esplanada dos Ministérios, Bloco C, sala 626, CEP 70.054-900, Brasília (DF). (...)

http://www.mds.gov.br/sites/banner-internas/politica-da-populacao-em-situacao-de-rua-e-bpc-na-escola/politica-nacional-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-bpc-na-escola

2. Gestores do Bolsa Família ganham nova ferramenta para controle do programa (MDS - 07/01/2009)

Já está disponível, no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) - www.mds.gov.br/bolsafamilia - uma nova ferramenta, denominada "Formulário de recurso on-line", que vai permitir o registro, avaliação e correção de situações que levaram o beneficiário do Bolsa Família a receber advertência, bloqueio, primeira suspensão, segunda suspensão ou cancelamento de beneficio devido ao descumprimento de condicionalidades do programa (acompanhamento das áreas de educação e saúde). (...)

http://www.mds.gov.br/noticias/gestores-do-bolsa-familia-ganham-nova-ferramenta-para-controle-do-programa

3. Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) aponta o nível de vida da população mais pobre e permite priorizar políticas sociais (MDS – 05/01/2009)

As principais carências das 17,4 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais – base de dados usada pelo Bolsa Família e por outros programas do governo federal – referem-se ao conhecimento e ao acesso ao trabalho. É o que mostra o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), uma radiografía construída pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que pode se transformar numa importante ferramenta para promover a inclusão social da população de baixa renda. O indicador, que varia de zero a um, traça um mapa em seis dimensões sobre as vulnerabilidades das famílias com renda per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar de até três salários. As dimensões abordadas são: composição familiar, acesso ao conhecimento, ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições

habitacionais. Com a média de todos os indicadores chega-se ao IDF por família e por município. A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS disponibilizou todos os dados, a Estados e municípios, no site do Ministério: www.mds.gov.br. (...) http://www.mds.gov.br/noticias/indice-de-desenvolvimento-da-familia-idf-aponta-o-nivel-de-vida-da-populacao-mais-pobre-e-permite-priorizar-politicas-sociais

4. Portaria MDS nº 431, de 3 de Dezembro de 2008 (DOU-05/12/2008)

Portaria do MDS que dispõe sobre a expansão e alteração do co-financiamento federal dos serviços de Proteção Social Especial, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Dentre os principais pontos da secretaria, destacamos:

- * Novas regras para o co-financiamento federal do serviço socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI.
- * Ampliação do valor do co-financiamento federal para manutenção do CREAS, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade, do valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais) mensais, para R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais, a contar de dezembro de 2008. Em contrapartida, os CREAS devem ampliar o atendimento.
- * Prorrogação, por doze meses, do prazo estabelecido no art. 2° da Portaria MDS/GM n° 460, de 2007, para reordenamento dos serviços de acolhimento e implantação de novas formas de atendimento, adequadas ao Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ao Estatuto do Idoso e aos parâmetros do documento "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes".
- * Alteração dos valores de referência do co-financiamento federal do Piso de Alta Complexidade II.

http://www.mds.gov.br/suas/arquivos/portaria 431 pisos pse peti.pdf

5. Portaria MDS nº 430, de 3 de Dezembro de 2008 (DOU-05/12/2008)

Portaria do MDS que institui o Cadastro Nacional do Sistema Único da Assistência Social - CadSUAS, aplicativo informatizado de abrangência nacional que compõe a Rede SUAS, com o objetivo de coletar, processar e gerir dados sobre a rede socioassistencial, órgãos governamentais, conselhos, fundos e trabalhadores do SUAS, aberta a consulta da sociedade. O CadSUAS é subdividido nos seguintes módulos cadastrais:

- I Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social;
- II Cadastro Nacional de Unidades Públicas de Assistência Social;
- III Cadastro Nacional de órgãos governamentais, conselhos e fundos de assistência social: e
- IV Cadastro Nacional dos Trabalhadores do SUAS.

http://www.mds.gov.br/suas/arquivos/portaria 430-2008 cadsuas.pdf